



MUNICÍPIO DE SANTANA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Câmara Municipal de Santana

RESOLUÇÃO Nº 001/2012-CMS

**QUE FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES
DO MUNICÍPIO DE SANTANA PARA A VII
LEGISLATURA, PERÍODO 2013/2016, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santana, nos termos do inciso VI, letra "c" art. 29 da Constituição Federal, APROVOU e eu PROMULGO o seguinte:

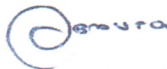
Art. 1º. O valor dos subsídios mensais dos Vereadores da Câmara Municipal de Santana, para a VII Legislatura, período compreendido de 2013 a 2016, fica fixado, em parcela única, no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), tendo como limite máximo o correspondente a 50% (cinquenta por cento) do estabelecido, em espécie, como subsídio mensal dos Deputados Estaduais, na forma do disposto no art. 29, VI, alínea "c" da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os subsídios de que trata o "caput" deste artigo serão reajustados, automaticamente, sempre na mesma data e na mesma proporção em que forem majorados os vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 2º O subsídio mensal do Vereador-Presidente da Câmara Municipal, em razão do exercício da representação pelo cargo ocupado, fica fixado, em parcela única, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Parágrafo único. O substituto legal do Vereador-Presidente da Mesa Diretora, sempre que exercer o cargo fará jus ao subsídio de que trata este artigo, proporcionalmente ao período do exercício.

Art. 3º O subsídio do Vereador-Secretário da Câmara Municipal, em razão do exercício da representação pelo cargo ocupado, fica fixado, em parcela única, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

J. S. 



MUNICÍPIO DE SANTANA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Câmara Municipal de Santana

Parágrafo único. O substituto legal do Vereador-Secretário da Mesa Diretora, sempre que exercer o cargo fará jus ao subsídio de que trata este artigo, proporcionalmente ao período do exercício.

Art. 4º. A parcela indenizatória em caso de convocação de Sessão Legislativa Extraordinária no período de recesso é fixada no valor correspondente ao subsídio mensal do Vereador.

Parágrafo único. O Vereador não poderá perceber, a título de parcela indenizatória de que trata este artigo, no mesmo mês, valor superior ao do subsídio mensal fixado no art. 1º.

Art. 5º. O valor do desconto obrigatório pelo não comparecimento do vereador à reunião plenária ordinária da Câmara Municipal será correspondente a 12,5% (doze e meio por cento) incidente sobre o valor do subsídio mensal e/ou da verba indenizatória para cada falta injustificada.

Parágrafo Único. Ato da Mesa Diretora estabelecerá a forma de aferição da frequência do vereador às sessões ordinárias para fins de desconto nos subsídios, observado o que sobre o assunto dispõe o art. 65 do Regimento Interno.

Art. 6º Em caso de viagem para fora do Município, a serviço ou representação da Câmara, aprovada pelo plenário, o Vereador perceberá diárias correspondentes a:

I - 3% (três por cento) de seus respectivos subsídios, no caso de viagens dentro do Estado do Amapá;

II - 7% (cinco por cento) de seus respectivos subsídios, no caso de viagens para outro Estado;

III - 10% (dez por cento) de seus respectivos subsídios, no caso de viagens para fora do País.

§ 1º Fica limitado a percepção de até 5 (cinco) diárias no mês, salvo para congressos e missões de representações a entidades correlatas fora do Estado e do País, quando este limite será de 10 (dez) diárias, mediante expressa aprovação do Plenário.

§ 2º Não serão considerados, para fins de percepção da parcela indenizatória de que trata este artigo, os deslocamentos e/ou



MUNICÍPIO DE SANTANA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Câmara Municipal de Santana

eventos ocorridos nos municípios limítrofes, assim compreendidos aqueles distantes até 50 (cinquenta) quilômetros da sede, tampouco deslocamentos sem pernoites.

Art. 7º O Vereador tem direito, além das verbas previstas nesta Resolução, ao 13º salário a ser pago até o dia vinte do mês de dezembro de cada sessão legislativa, tendo por base o subsídio devido no mesmo mês, em valor proporcional ao efetivo comparecimento do parlamentar às reuniões ordinárias realizadas até o dia 15 de dezembro.

§ 1º Não poderá ser processado o pagamento da verba relativa ao 13º salário dos vereadores enquanto não for pago aos demais servidores da Câmara Municipal o mesmo benefício legal.

§ 2º Perderá o direito à percepção da parcela final da ajuda de custo o parlamentar que não comparecer a pelo menos dois terços das respectivas sessões legislativas.

§ 3º O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma sessão legislativa.

§ 4º Para os fins deste artigo, considerar-se-á como referência o valor do subsídio normal do vereador estabelecido no art. 1º.

Art. 8º A revisão dos subsídios dos vereadores será anual, na mesma época e proporção em que forem revistos os vencimentos dos servidores públicos do Município, respeitados os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 9º Aos subsídios de que trata esta Resolução serão observadas as limitações e exigências impostas pelos incisos VI e VII do artigo 29, assim como o disposto no art. 37, X, XI e XV e art. 39, § 4º, todos da Constituição Federal.

Art. 10. A Mesa Diretora procederá a limitações ou reduções no valor dos subsídios fixados nesta Resolução, sempre que o total das despesas com folha de pagamento atingir os limites legais.

S.D. *Demônio*



MINISTRO DE SALUD
GOBIERNO DE LA REPUBLICA CHINA
Decreto No. 10.000

En virtud de las facultades conferidas por el artículo 100 de la Constitución de la República, y de acuerdo con lo establecido en el artículo 10 de la Ley No. 10.000, se decreta:

Art. 1º.- Se declara de utilidad pública y se declara de interés general la obra de construcción de un edificio para uso de oficinas, que se levantará en el terreno sito en la calle No. 10, entre las calles No. 1 y No. 2, de la ciudad de Lima, a fin de que en él se establezca una oficina de la Administración General del Estado.

Art. 2º.- El terreno que ocupa el terreno sito en la calle No. 10, entre las calles No. 1 y No. 2, de la ciudad de Lima, se declara de utilidad pública y de interés general, para que en él se construya el edificio que se menciona en el artículo anterior.

Art. 3º.- Se declara de utilidad pública y de interés general la obra de construcción de un edificio para uso de oficinas, que se levantará en el terreno sito en la calle No. 10, entre las calles No. 1 y No. 2, de la ciudad de Lima, a fin de que en él se establezca una oficina de la Administración General del Estado.

Art. 4º.- Se declara de utilidad pública y de interés general la obra de construcción de un edificio para uso de oficinas, que se levantará en el terreno sito en la calle No. 10, entre las calles No. 1 y No. 2, de la ciudad de Lima, a fin de que en él se establezca una oficina de la Administración General del Estado.

Art. 5º.- Se declara de utilidad pública y de interés general la obra de construcción de un edificio para uso de oficinas, que se levantará en el terreno sito en la calle No. 10, entre las calles No. 1 y No. 2, de la ciudad de Lima, a fin de que en él se establezca una oficina de la Administración General del Estado.

Art. 6º.- Se declara de utilidad pública y de interés general la obra de construcción de un edificio para uso de oficinas, que se levantará en el terreno sito en la calle No. 10, entre las calles No. 1 y No. 2, de la ciudad de Lima, a fin de que en él se establezca una oficina de la Administración General del Estado.

Art. 7º.- Se declara de utilidad pública y de interés general la obra de construcción de un edificio para uso de oficinas, que se levantará en el terreno sito en la calle No. 10, entre las calles No. 1 y No. 2, de la ciudad de Lima, a fin de que en él se establezca una oficina de la Administración General del Estado.

Art. 8º.- Se declara de utilidad pública y de interés general la obra de construcción de un edificio para uso de oficinas, que se levantará en el terreno sito en la calle No. 10, entre las calles No. 1 y No. 2, de la ciudad de Lima, a fin de que en él se establezca una oficina de la Administración General del Estado.



MUNICÍPIO DE SANTANA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Câmara Municipal de Santana

Art. 11. As despesas decorrentes desta Resolução serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Santana.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Município de Santana, Palácio Amazonas, Sede do Poder Legislativo Municipal, Mesa Diretora, em 09 de julho de 2012.

Ver. Josivaldo Santos Abrantes

Presidente / CMS

CPF nº 328.736.112-00

Josivaldo Santos Abrantes
Ver. JOSIVALDO SANTOS ABRANTES
Presidente

REPUBLICA DE PARAGUAY
GOBIERNO NACIONAL
Ministerio de Justicia

En el día 11 de mayo de 1912, en la ciudad de Asunción, Paraguay, comparecieron los señores don Juan de los Rios y don Juan de los Rios, hijos de don Juan de los Rios y doña María de los Rios, quienes comparecieron en virtud de haber sido llamados a comparecer en el presente expediente.

En el día 12 de mayo de 1912, en la ciudad de Asunción, Paraguay, comparecieron los señores don Juan de los Rios y don Juan de los Rios, hijos de don Juan de los Rios y doña María de los Rios, quienes comparecieron en virtud de haber sido llamados a comparecer en el presente expediente.

En el día 13 de mayo de 1912, en la ciudad de Asunción, Paraguay, comparecieron los señores don Juan de los Rios y don Juan de los Rios, hijos de don Juan de los Rios y doña María de los Rios, quienes comparecieron en virtud de haber sido llamados a comparecer en el presente expediente.

En el día 14 de mayo de 1912, en la ciudad de Asunción, Paraguay, comparecieron los señores don Juan de los Rios y don Juan de los Rios, hijos de don Juan de los Rios y doña María de los Rios, quienes comparecieron en virtud de haber sido llamados a comparecer en el presente expediente.

En el día 15 de mayo de 1912, en la ciudad de Asunción, Paraguay, comparecieron los señores don Juan de los Rios y don Juan de los Rios, hijos de don Juan de los Rios y doña María de los Rios, quienes comparecieron en virtud de haber sido llamados a comparecer en el presente expediente.